

Quinzena de luta do movimento operário

PORTUÁRIOS: MANTER A GREVE PARA DERROTAR OS PATRÕES

Desde o dia 27/03, cerca de 11 mil estivadores e trabalhadores de bloco do Porto de Santos estão em greve, por causa de uma determinação da justiça, de que o controle da escala de trabalho dos funcionários avulsos passe das mãos do Sindicato dos Estivadores para o Órgão Gestor de Mão-de-Obra (Ogmo), como já acontece na maioria dos portos. Há 65 anos, o sindicato da categoria realiza a escala de trabalho (escolha dos trabalhadores e do serviço que cada um deles deverá prestar). Trata-se de um mecanismo que funcionava como elemento de integração do sindicato ao Estado, quando a empresa era estatal. Mas, desde a privatização do Porto de Santos (o Tecon 1), que ocorreu em 1998, os empresários querem eles próprios fazer este controle, pois os capitalistas não poderiam admitir que a burocracia tivesse qualquer controle sobre a contratação de mão-de-obra.

Por que os empresários querem realizar o controle da mão-de-obra?

O controle das contratações dos estivadores pelos capitalistas é uma necessidade patronal para reduzir os custos com a mão-de-obra e assim aumentar a superexploração do trabalho. O Ogmo realizará contratações em menor número para cada embarque ou desembarque e eliminará direitos trabalhistas.

A ofensiva do Ogmo é parte da ofensiva geral capitalista de desregulamentação das relações do trabalho, que visa ao aumento da superexploração, condição para preservar os lucros capitalistas diante da crise econômica.

O Ogmo é um organismo dos capitalistas portuários

Os portuários não devem se iludir com o fato do Ogmo ser composto também por trabalhadores. Estes organismos tripartites, isto é, que contam com a participação dos capitalistas, do governo e dos trabalhadores, servem como mecanismos que amortecem a luta de classes (luta entre patrões e trabalhadores oprimidos). Eles são criados pelos capitalistas e pelo governo. Neles os



Greve dos estivadores paralisou o comércio exterior.

empresários sempre são em número maior e o governo, que não é neutro, toma partido pela burguesia. Os trabalhadores, no seio destes organismos, tem um papel figurativo ou são funcionários contratados dos patrões.

A presença dos operários só serve para passar um verniz de “legitimidade” ao organismo pró-patronal. Como os capitalistas querem que este controle fique nas mãos da Ogmo, qualquer proposta que não tire este organismo de cena só significará a vitória dos empresários portuários.

O controle da escala de trabalho pelo Sindicato dos Estivadores não se confunde com o controle da produção por parte dos trabalhadores

O controle proletário da produção consiste na organização do trabalho por parte dos próprios trabalhadores através de critérios operários (coletivistas e não individualistas). Neste processo, os trabalhadores de cada empresa, ramo ou setor organizam o trabalho em geral visando concretizar um plano econômico que eles também ajudaram a ser feito e que tem por objetivo atender as necessidades de todos. Ou seja, atualmente cada trabalhador realiza uma tarefa de trabalho parcial e sob o controle de lacaios dos capitalistas para alcançarem os

objetivos dos capitalistas e não os deles, estão sob o controle capitalista da produção.

Por outro lado, mesmo sendo limitado, o controle da escala da produção pelo Sindicato dos Estivadores revela que os trabalhadores são capazes de organizar a produção social total. E devem lutar para conseguir isso ao invés de ficarem sob o julgo dos patrões.

O movimento grevista dos portuários revela o instinto revolucionário dos trabalhadores oprimidos.

A deflagração da greve por parte dos portuários ocorreu porque não aceitam que a Ogmo faça a escala de trabalho. Revela que eles sabem que as consequências do controle patronal capitalista pode ser nefasta para eles, gerando suas demissões. Revela ainda uma grande disposição de luta, grande capacidade de radicalização e como esta radicalização pode contribuir para a superação das ilusões na justiça, na polícia e no parlamento burguês. Finalmente, a greve dos portuários revela uma crise de direção do movimento e a necessidade que as bases radicalizadas tem de arrastar a direção consigo e não aderir a política de conciliação de classes.

O ataque da justiça e da polícia revelam que a vitória do movimento depen-

dem da continuidade da greve e da utilização de outros métodos de ação direta. Isso porque, a justiça cada vez mais concede liminares para as empresas funcionarem com mão-de-obra particular, o que demonstra que é preciso ocupar totalmente o Porto de Santos e bloquear sua entrada e as principais avenidas da cidade para dificultar a ação da polícia.

Os demais trabalhadores portuários do país deveriam aderir ao movimento, a exemplo dos caminhoneiros autônomos da Baixada Santista que passaram a apoiar os portuários boicotando as cargas armazenadas nos terminais, desde o dia 02/04. O momento é propício para a greve, pois inicia-se o período de exportação de soja e de milho (escoados principalmente por este porto) e a linha produtiva da indústria de São Paulo já está sendo atingida. Por outro lado, os empresários, por sugestão da Fiesp, estão considerando a possibilidade de escoarem seus produtos fora de Santos (usando os portos de Sepetiva e de Suape, na Bahia). Daí a necessidade de um movimento mais amplo envolvendo todo o setor e os demais trabalhadores numa greve geral verdadeiramente unificada.

A direção do Sindicato dos Estivadores e do Sindicato dos Trabalhadores de Bloco deixa claro sua face pelega

Alca

Pôr em pé a frente única antiimperialista, sob o programa e direção do proletariado

Alca: único comando imperialista para a América Latina

A Área de Livre Comércio (Alca) é criatura do imperialismo. Corresponde aos interesses das multinacionais e do capital financeiro internacional. Não há livre comércio. Há sim a imposição do poderoso capital concentrado e centralizado nas mãos da burguesia imperialista sobre os países semicoloniais.

Evidencia-se aguda guerra comercial entre os três bandos que dominam o

Já no primeiro dia de greve, a direção do Sindicato dos Estivadores demonstrou que é pelega e traidora. Durante a passeata realizada pelos portuários alertava os comerciantes a fecharem suas lojas para não haver “confusão” e dividiu os trabalhadores para pôr fim ao confronto que estabeleciam com a polícia, levando parte deles para a sede do sindicato “em passeata”. Afirmou que não se tratava de uma greve, mas de uma paralisação ocorrida por conta da “incapacidade” da Ogmo de realizar a escala de trabalho. Ou seja, de um lado, a direção sindical encara as ações diretas dos trabalhadores como um ato de vandalismo que deve ser evitado e separa os trabalhadores num momento em que eles precisam estar unidos fisicamente para vencerem o choque com a polícia. De outro lado, a direção sindical disputa com o Ogmo o título de organismo mais “competente” para realizar a escala segundo o critério burguês de produção.

A direção do Sindicato dos Estivadores e do Sindicato dos Trabalhadores de Bloco participaram da audiência de conciliação no dia 02/04, apesar do novo confronto da categoria com a polícia. A direção do Sindicato dos Estivadores ameaçou invadir o porto em reunião realizada no dia 04/04, quando a Ogmo recusou sua proposta, mas em assembléia no mesmo dia, defendeu a espera de nova rodada de negociações para uma

ação mais radical e disse que a ameaça foi feita num momento em que “os ânimos estavam exaltados”. A proposta sindical apresentada neste dia, aliás, reforçou a diferenciação entre os portuários registrados e avulsos (sem registro em carteira) do porto, defendendo remuneração somente para os registrados (cerca de 3.000 estivadores e trabalhadores de blocos); e aceitou o controle do Ogmo, ao propor que a cada 90 dias ele deveria escolher 20 estivadores 4 trabalhadores de bloco para decidir a escala dos trabalhadores avulsos. Essas direções sindicais participaram da reunião ainda mesmo tendo de sujeitarem-se a uma revista por parte da polícia para recolher possíveis armas.

Em reunião realizada no dia 05/04 concordaram com praticamente toda a proposta do Ogmo e consideraram a possibilidade de suspender a greve por 30 dias, conforme condição estipulada por este organismo e o governo para que as negociações ocorram. Neste período, o controle da escala ficará sob o controle efetivo do Ogmo.

O movimento grevista dos portuários de Santos, entretanto, têm se colocado à frente das direções pelegas e devem continuar neste sentido, recusando qualquer proposta que signifique perdas.

Fim do órgão gestor de mão-de-obra Pelo controle operário da produção

mundio: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Por detrás dela, está a crise de superprodução. O mercado mundial se acha estreito diante das forças produtivas altamente desenvolvidas. Estas estão de tal forma controladas por um punhado de monopólios que já não podem se expandir livremente.

O esgotamento da partilha do mundo entre Estados Unidos, Alemanha/França/Inglaterra e Japão expõe as contradições de fundo do sistema capitalista, que se desintegra. Trata-se do encarceramento das forças produtivas

mundiais pelos monopólios. Tudo indica que chegou ao fim a festividade consumista norte-americana. Despontam as tendências da crise generalizada.

A Alca constitui uma estratégia dos Estados Unidos na situação de confronto da guerra comercial e de impasse do capital financeiro parasitário. A América Latina semicolonial arrasta-se sob a poderosa disputa do capital imperialista. Se há muito faz parte da órbita dos Estados Unidos, agora a burguesia norte-americana precisa eliminar resquícios de independência e de protecionismo

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

nacional. Unificá-la sob um único comando.

Burguesias semicoloniais submetem-se a Alca

Há mais de dez anos os governos latino-americanos vêm aplicando as medidas antinacionais e antipopulares exigidas pelo imperialismo. O resultado econômico e social tem sido devastador. Não sobra nada do argumento de que as reformas traçadas pelo FMI/BIRD iriam resolver o problema do endividamento externo/interno, modernizariam a indústria e integrariam os países atrasados no mercado mundial. E que, portanto, trariam um novo ciclo de desenvolvimento, solucionando problemas sociais crônicos, como desemprego, fome, miséria, analfabetismo etc. Temos justamente o contrário.

O que resta é a maior submissão dos Estados e da economia ao capital financeiro internacional. Aumentou ainda mais a distância entre as potências altamente desenvolvidas e a maioria das nações atrasadas, semicoloniais. Significa que os planos, ditos neoliberais, foram eficazes instrumentos para incrementar o saque dos países latino-americanos. O próximo passo é o de eliminar as fronteiras nacionais com a sobreposição imperial dos Estados Unidos por intermédio da Alca.

As burguesias latino-americanas, depois de aplicarem disciplinadamente os violentos planos, chegam ajoelhadas ao maior objetivo da Casa Branca. Mostram-se completamente incapazes de defender o mais elementar da soberania e dos interesses econômicos do capitalismo atrasado. O nacionalismo burguês do passado transformou-se no mais descarado pró-imperialismo.

Rechaçar o reformismo pequeno-burguês

As manifestações contra os efeitos nefastos da desintegração do capitalismo mundial e as bandeiras de reformas conduzem a um beco sem saída. O tão elogiado Fórum Social Mundial de Porto Alegre (Brasil) revelou-se incapaz de levantar um programa antiimperialista e anticapitalista. Não pôde chegar sequer a uma declaração comum. Entretanto, a posição predominante foi a de reforma do capitalismo. Setores da burguesia consideraram o Fórum positivo. Isso

porque permaneceu no protesto genérico contra a dívida externa, a especulação financeira, a política social do FMI, a destruição do meio ambiente etc. Pretende-se com isso pressionar a burguesia imperialista para que faça reformas na ordem internacional, como taxar o capital financeiro, disciplinar a especulação, adotar medidas de proteção à natureza, anistiar as dívidas dos países mais pobres, ter uma orientação justa para o movimento imigratório, eliminar o protecionismo contra as nações atrasadas etc.

A burguesia não aceita as manifestações radicais, mas vê com bons olhos os reclamos do reformismo pequeno-burguês. De nada servem para responder à desintegração do capitalismo, mas têm valor ideológico para conter o descontentamento das massas oprimidas e evitar a organização de um movimento revolucionário, dirigido contra o capital. Para isso servem as ONGs, sustentadas com o dinheiro dos próprios capitalistas.

É necessário rechaçar o ilusionismo pequeno burguês de reforma do capitalismo, sob domínio do imperialismo.

Pôr em pé a frente única antiimperialista

A luta contra a Alca é antiimperialista. Para derrotar a estratégia do imperialismo, o proletariado tem de ocupar o lugar estratégico no combate ao grande capital. Parte da defesa elementar do emprego e salário. Levantar as tarefas democráticas do camponês pelo controle das terras. Expulsar o imperialismo expropriando as multinacionais e confiscando o capital financeiro. Desconhecer e não pagar a dívida externa. Recuperar as estatais sob o controle coletivo operário da produção. Romper todos os acordos com o imperialismo e revelar os seus segredos. Contrapor-se à ofensiva militarista, romper os tratados impostos pelas potências e impor a independência real dos países latino-americanos. O que se estende a todas as demais nações oprimidas.

Lutar com essa plataforma antiimperialista para unificar o proletariado, os camponeses e a classe média empobrecida contra a burguesia entreguista. Está colocada a necessidade da aliança operária e camponesa, tão fundamental para o movimento revolucionário latino-americano, que se concretizará de

acordo com as particularidades de cada país. O método para se impor essa plataforma é o da luta de classe, a ação direta. O que exclui o ilusionismo parlamentarista do reformismo pequeno-burguês, que se utiliza das manifestações para desembocar no pedido de revisão das leis do Estado burguês.

Trata-se, ao contrário, de organizar a luta das massas contra o poder burguês e amadurecer as condições para a revolução proletária. É necessário defender sem atenuantes a estratégia da revolução e ditadura proletárias, essencial para dirigir o movimento antiimperialista.

Estados Unidos Socialistas da América Latina

A derrota do imperialismo depende do desenvolvimento do movimento revolucionário em cada país, baseado no princípio do internacionalismo proletário e organização do Partido Mundial da revolução socialista. A estratégia que se contrapõe a Alca é a dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Aqueles que procuram defender o Mercosul contra a Alca não fazem senão se submeter aos objetivos falidos da burguesia brasileira e argentina. A luta antiimperialista é uma arma do proletariado contra a opressão nacional e, de conjunto, ao capitalismo apodrecido.

As tarefas antiimperialistas se combinam com as socialistas, que implicam expropriação do grande capital. Não se pode barrar o intervencionismo da Alca sem essa orientação.

Como dissemos, a burguesia nacional latino-americana está historicamente esgotada. Não é capaz de assegurar sequer seus interesses internos. As tarefas democráticas de independência da América Latina, de terra aos camponeses, eliminação da miséria e de toda sorte de chaga social só poderão ser alcançadas sob Estados operários, assentados na aliança operária e camponesa. Tais Estados só terão como se contrapor ao imperialismo e como resolver as profundas contradições da economia atrasada unindo o continente em Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Abaixo a Alca!

Fora o imperialismo da América Latina!

Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

37 anos do golpe militar de 1964

Em 31 de março de 1964, o governo constitucional de João Goulart foi derrubado por um golpe militar.

A burguesia se dividiu quanto à posse do vice do Presidente Jânio Quadros, que renunciou logo após ter sido eleito. O Sr. Goulart representava o nacionalismo burguês, herdado de Getúlio Vargas, que se suicidou em pleno exercício do poder, expondo o fim do ciclo nacionalista. Seu sucessor, membro do PTB, criado por Getúlio, já era sombra do nacionalismo. Não poderia mais servir à burguesia brasileira, que cedia mais e mais às pressões do imperialismo norte-americano.

O movimento pelas “Reformas de Base”, que incluía protecionismo, algumas medidas agrárias, manutenção do estatismo, concessões sindicais etc não tinham razão de ser para os capitalistas internos. Reformas sociais eram insuportáveis. E a defesa nacional em favor da burguesia brasileira não suportava o poder de pressão das potências.

Havia se constituído, no País, uma fração vinculada ao grande capital internacional. Fator decisivo para triunfar a orientação anti-nacionalista desenvolvida pela UDN. Partido que não pôde chegar ao poder pela via das eleições e que foi a base de sustentação política para os generais conspirarem contra o governo constitucional. O banqueiro Magalhães Pinto e udenista se destacou como dirigente civil do movimento contra-revolucionário de 31 de março.

Por detrás estavam os Estados Unidos, que deram suporte estratégico à fração golpista, como indicam as articulações do embaixador Gordon. As forças pró-imperialistas se uniram contra o governo da fração burguesa nacionalista debilitada.

O Partido Comunista Brasileiro e a militância da pequena-burguesia radical-nacionalista, imbuída da Reforma de Base, estavam submissos ao governo Goulart. Sua estratégia era a de impulsionar o governo a realizar as Reformas de Base. Os movimentos do campo e da cidade se restringiam à apoiar o governo em sua demagogia reformista. Isso quanto às suas direções. As bases tendiam radicalizar a luta de classe. Esta era a contradição de fundo da situação política.

A burguesia temia a fraqueza do governo nacionalista e sua permissividade ao movimento operário e camponês. O estalinismo aplicava a política de resolução das tarefas democráticas no âmbito do capitalismo e pela via da democracia burguesa (pelo legislativo e executivo), pelo legalismo pacifista.

Uma ala minoritária da esquerda nacionalista aventou a luta armada - prenúncio do foquismo dos anos 70 - sob influência do castrismo, que nesse momento promovia a tática de exportar a revolução pela via do foquismo (guerrilha treinada em Cuba), e das idéias maoístas de que a revolução socialista viria do campo para a cidade.

O proletariado não contava, portanto, com o Partido Revolucionário (marxista).

O estalinismo se encontrava totalmente impregnado do nacionalismo; e o nacionalismo pequeno-burguês radical procura se implantar no movimento camponês (Ligas Camponesas). Nessas condições, não foi possível à classe operária lutar pelo poder, e sequer pôr em pé um movimento antiimperialista contrário ao golpe e de defesa do governo constitucional, como tarefa para preparar as condições de tomada do poder.

Goulart renunciou à resistência, que poderia dividir a burguesia e abrir brecha para um levante insurrecional das massas. O golpe enterrou a farsa das Reformas de Base e encerrou o ciclo histórico do nacionalismo varguista.

A contra-revolução e os governos militares que governaram até 1985 intervieram nos sindicatos, prenderam, mataram, torturaram, fecharam o Congresso, cassaram mandatos dos opositores burgueses e pequeno-burgueses, criaram o bipartidarismo, nomearam interventores etc.

O golpe se caracterizou pela necessidade da burguesia impor um governo centralizador e totalitário para disciplinar suas próprias frações e esmagar o movimento reivindicatório das massas.

A compreensão desse momento da história é importante para construirmos o Partido Operário Revolucionário.

MODO PETISTA DE GOVERNAR Nº 7

Para favorecer a burguesia o PT joga o lixo para debaixo do tapete

As denúncias que o POR vem fazendo sobre a adaptação do PT ao Estado burguês, para favorecer a burguesia, cada vez mais, vêm se concretizando. Por isso a prefeitura petista da Capital não queria que a CPI do lixo fosse aprovada pela Câmara de Vereadores. Além de muitas empresas de limpeza terem contribuído com “gordas” doações para a campanha da prefeita Marta, esperando por favorecimentos da sua gestão, um novo esquema foi denunciado pela imprensa burguesa nas últimas sema-

nas. Trata-se da criação de empresas de limpeza, logo após a vitória de Marta nas urnas.

O escândalo estourou com o caso da Tercopav, uma empresa criada em 15 de dezembro do ano passado, e que foi contratada em regime de “urgência”, junto com outras 15 empresas, em 15 de janeiro, pela prefeitura, todas sem licitação (disputa interburguesa). Para realizar serviços “complementares” de limpeza, a Tercopav recebeu R\$ 1,009 milhão. Quando investigada pelos jornalistas, des-

cobriu-se que ela tinha um endereço falso na Junta Comercial de São Paulo, e que seus donos (na verdade testas-de-ferro) eram um estudante de 21 anos e um serralheiro desempregado. Ou seja, a empresa que apresentou no papel um capital social de R\$ 210 mil tem como proprietários pessoas que mal conseguem sobreviver.

A Tercopav é uma empresa fantasma, os serviços que deveria prestar foram terceirizados, isto é, passados para a Só Serviços, que tem como supervisor

Fernando Gomes, ex-funcionário da Vega Engenharia Ambiental que, empresa que também contribuiu com a campanha eleitoral de Marta.

Para tentar manter a imagem de honestidade do PT, a prefeita saiu na defesa da realização de uma CPI do Lixo. Pura demagogia. Fez isso só para tentar se diferenciar de Maluf e Pitta, pois já são constantes as semelhanças no sentido do favorecimento a empresários e corrupção.

E para piorar ainda mais, uma vez que o dinheiro não é suficiente para ser dividido entre todas as empresas do setor, Marta estuda a possibilidade de ressuscitar a extinta "Taxa do Lixo". Trata-se de um imposto sobre o serviço de limpeza da cidade de São Paulo, já aplicado por outras prefeituras do PT, como Santo André. Por trás de uma falsa preocupação com o meio ambiente, na verdade, o PT pretende favorecer os empresários do lixo, cujo compromisso foi

admitido pela própria prefeita, ao argumentar que não foi a única a receber doações de empresas do lixo para campanha eleitoral (Geraldo Alkmin e Paulo Maluf também receberam boas gorjetas). Ou seja, Marta pode não ter sido a única, mas recebeu realmente doações destas empresas. Os capitalistas fazem suas doações a todos os candidatos, para comprometê-los e mantê-los sob controle.

Esta é a questão principal da política que Marta e os governos do PT em geral vêm aplicando: o favorecimento aos capitalistas. Neste sentido, não se trata de verificar a regularidade ou a constitucionalidade de suas ações. O problema não é se a prefeita petista contratou as empresas com ou sem licitação, se seguiu as determinações da justiça burguesa, mas sim se ela assegura os interesses da burguesia. E isso pode ser feito "ferindo" ou seguindo a lei. O que importa é que a prefeitura segue como instrumento da

ditadura de classe capitalista.

Tanto é assim que Marta decidiu dispensar licitação na contratação de empresas quando o valor não ultrapassar R\$ 150 mil, recorrendo à lei federal. Da mesma forma, José Eduardo Cardozo, presidente petista da Câmara de Vereadores, tentou impedir a CPI do Lixo usando o regimento da Câmara, que não permite que mais de 5 CPIs ocorram ao mesmo tempo e ainda considera "inconstitucional" essa mesma investigação pela Câmara de Deputados Estadual, já que o problema ocorre no âmbito do município. É claro que a CPI do Lixo reflete a luta interburguesa. Ocorre que o PT, ao negar a investigação, com o argumento de que se trata de politicagem da oposição (PSDB, PMDB etc.) segue o mesmo caminho de FHC em relação à CPI da corrupção.

Isso demonstra que o PT está plenamente adaptado ao Estado burguês.

Aids

Dados sobre a barbárie

A África subsaariana conta 17 milhões de mortes pela Aids; cerca de 25 milhões estão contaminados; em algumas regiões, mais de 25% da população têm o vírus. (Folha/SP). Resposta do governo da Namíbia: expulsar os homossexuais. O mesmo foi proposto no Zimbábue e Zâmbia.

O editorial da Folha informa que, na África do Sul, os aidéticos acreditam que sua cura pode vir do estupro de virgens.

Estamos diante de uma situação trágica.

As massas miseráveis não só são vítimas da fome mas também da temerária doença. Os governos atrasados e totalitários culpam os homossexuais. Não há retrato mais dramático da opressão social. Assim como a temida peste da Idade Média, a Aids é a praga sob nova forma nas condições mais avançadas do capitalismo mundial. Mas atinge profundamente a cadeia mais atrasada desse mesmo capitalismo altamente tecnificado, cientificamente avançado e que concentra montanhas de riqueza.

A África foi integrada ao capitalismo pelas mãos de ferro das potências imperialistas. É incalculável o saque sofrido pelo continente africano, sem dizer que serviu de fonte de escravos para o ocidente. Sob o domínio do imperialismo, não pôde seguir um desenvolvimento próprio e independente. Seu atraso pré-capitalista recai violentamente sobre a população.

A epidemia da Aids entre as massas é consequência.

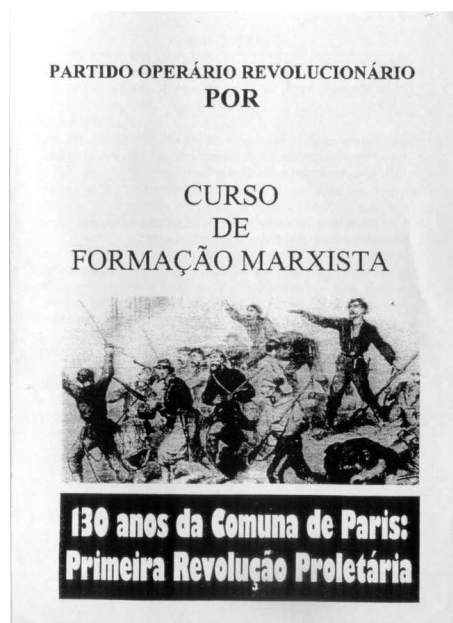
Agrega-se o fato das multinacionais usarem o monopólio do remédio para obter alta lucratividade. A maioria não tem acesso ao tratamento e aos cuidados para conter a expansão da doença.

A fome de milhões é o viveiro do vírus.

Os explorados do mundo inteiro devem se solidarizar com os irmãos africanos. Rechaçar o ataque dos governos aos homossexuais e dizer que a aids é uma doença da miséria, do capitalismo.

Para proteger imediatamente os milhões de doentes: entrega gratuita de remédios sob o controle dos trabalhadores. Mas essa não é a solução. A África deve se emancipar do jugo imperialista, expulsar do poder a oligarquia proprietária, pôr fim aos latifúndios entregando as terras ao povo, nacionalizar as riquezas naturais, expropriar o capital estrangeiro, implantar um governo revolucionário, operário e camponês. Unidade africana antiimperialista sob os Estados Unidos Socialistas da África. O socialismo livrará a farmácia das mãos das multinacionais e permitirá a solução para as doenças, para a qual a humanidade tem tecnologia e não aplica pelo controle do capital financeiro.

A Aids é um dos sintomas da barbárie capitalista. O objetivo estratégico da classe operária se concentra na tarefa de sepultar a sociedade de classe.



Ministro da educação inaugura em Ceará-mirim mais um projeto de destruição da escola pública

O Ministro da Educação Paulo Renato lançou, em Ceará-Mirim, mais uma parte das reformas neoliberais ditadas pelo FMI/Banco Mundial. O programa "A Família na Escola" é mais uma etapa da farsa montada pelos governos submetidos ao imperialismo para chamar a sociedade a assumir as responsabilidades financeiras da escola, a exemplo dos "Amigos da escola" em que a comunidade passa a trabalhar sem receber nenhum salário, o que faz com que os trabalhadores sejam demitidos a exemplo de ASG's, vigia, merendeiras, professores etc.

O desemprego a cada dia vem aumentando ao mesmo tempo que os governos querem que a família venha arcar com a responsabilidade pela escola pública. Essa responsabilidade resume-se apenas à questão financeira, pois a comunidade não é chamada para deliberar quanto o Estado deve investir na escola, o que é necessário para melhorar a educação do filho do trabalhador, pelo contrário, é discutir o que fazer com os poucos recursos que vêm e como arrecadar mais recursos, ou seja, através de festinhas, bingos, parcerias com as empresas privadas, etc.

Diante da crise da educação, os governos, além de retirar mais verbas para pagar os grandes especuladores internacionais, passam a responsabilidade dessa crise para professores, pais e alunos.

A escolha de Ceará-Mirim para o lançamento do programa foi uma tentativa de abafar as denúncias feitas à prefeita do PSDB Edinólia Melo, que iniciou seu governo atacando a educação. Nas escolas públicas em Ceará-Mirim estão faltando merenda escolar, carteiras, salas superlotadas, faltando material didático. E, para reduzir gastos, foram fechados turnos, juntando salas de séries diferentes, retirando transportes de professores e alunos etc. A escola escolhida para o lançamento do projeto estava fazendo revezamento de turmas devido à falta de carteiras, alunos desmaiando por



Repressão às manifestações em Ceará-Mirim.

falta da merenda e sendo obrigados a ficar na sala de aula de 7:00 às 11:30h com fome. A última hora, a escola foi transformada para esperar o ministro e mostrar para a imprensa a escola em boas condições de funcionamento.

No entanto, toda tentativa de mascarar a situação da educação em Ceará-Mirim não teve efeito. O ministro, assim como o governador Garibaldi, Geraldo Melo e Edinólia foram recebidos

com atos de protestos, organizados pelo Sinte-Ceará-Mirim e o DCEC.

Porém o ato poderia ter contado com uma maior participação do Sinte-estadual e do Fórum Estadual de Luta. Mesmo tendo sido dado informe na assembléia e na plenária do Fórum Estadual, estes boicotaram a atividade. No último instante, o Sinte prometeu mandar uma "força tarefa", ou seja, meia dúzia de burocratas que estiveram no ato apenas para abrir faixas e tirar fotos deles mesmos.

O POR esteve presente durante toda manifestação defendendo a escola pública. A reação da polícia como em todas as outras manifestações realizadas em Ceará-Mirim foi de tentar reprimir o movimento agredindo a militância. O fato do movimento estar organizado e a população ter repudiado a atitude da polícia esta recuou, deixando claro para a população que há uma tentativa dos governos acabar com as manifestações realizadas em Ceará-Mirim. O POR continua organizando os trabalhadores e estudantes para derrubar os governos entreguistas através da ação direta (greves, manifestações, piquetes, etc) e não com negociações de cúpula com os opressores dos trabalhadores.

Estudo sobre educação

*Corrente Proletária na Educação
POR - Partido Operário Revolucionário
Março 2001*

Estudantes - PUC/SP

Redução e defesa dos inadimplentes é o mínimo

O movimento pela redução das mensalidades e direito de estudo aos que não podem pagar está expressando a camada mais atingida pelo alto custo do ensino mercantilizado. Considerando a média salarial do país, vemos que a mensalidade na PUC é altamente seletiva. Se compararmos com os 70% dos trabalhadores que ganham de menos de 1 a 3 salários mínimos, temos o reflexo da barbárie capitalista espelhada no ensino privado.

A camada que alcança estudar, nesta condição, é diminuta. A tendência aponta para corte de uma parcela dessa camada. A crise econômica obriga a burguesia empobrecer a classe média. O desemprego, subemprego e rebaixamento salarial não atinge apenas a classe operária. Todas as camadas sociais que carregam nas costas os capitalistas arcam com o peso das contradições e com as medidas econômico-financeiras tomadas pelo Estado burguês. Entre elas a destruição do ensino público e fortalecimento de sua mercantilização.

A PUC, com a fábula da crise interna, enveredou já algum tempo pelo caminho das altas mensalidades, aumento da relação aluno/professor (também funcionário de menos e mais trabalho) e piora das condições de trabalho em geral. Agora, a dose de aumento das mensalidades foi cavalariço. Quanto ao reajuste salarial, pretendia um índice abaixo do custo de vida, que só não aconteceu porque temeu a greve dos funcionários combinada com os protestos estudantis.

A Reitoria correu a fazer um acordo um pouquinho acima de sua pretensão inicial, contando com o imobilismo dos professores e com a dificuldade dos funcionários irem mais à frente com a ameaça de greve.

Mas estudantes, mesmo isolados, constituem uma grande força, dependendo de tornar o movimento massivo e quebrar o trabalho destrutivo da burocracia dirigente da maioria dos centros acadêmicos. A tentativa de negociar à parte foi uma primeira tentativa de sabotar a luta das bases. Está aí um problema político que teremos de vencer: não permitir o avanço do divisionismo e aumentar a capacidade de manifestação coletiva. Toda nossa luta, nesse momento, consiste nessa tarefa. Unidade total dos estudantes pela redução e direito de estudo aos inadimplentes.

Levantar a bandeira de ensino público, gratuito, laico e ligado à produção social

A resistência aos aumentos e à expulsão dos estudantes que já não podem pagar, bem como à bolsa-empréstimo, que deixa-os dependurados, é um passo para enfrentar a mercantilização do ensino. Entretanto, não vai além de um passo, que não pode se deter nesse ponto, caso contrário a resistência será frágil e inócua. A escola privada funciona como qualquer empresa e responde aos movimentos da economia capitalista. O que interessa aos proprietários são os lucros.

Visto o problema de forma mais geral, temos a impossibilidade da maioria estudar. Chegamos ao ponto central: o acesso dos trabalhadores à universidade está vedado. O funil econômico e cultural é de tal monta que mostra a completa falência social do sistema capitalista.

Ocorre que a tendência, como já constatamos, é de tornar mais restrito o acesso, empobrecendo a maioria da classe média, liquidando o pouco do ensino universitário gratuito e levando ao extremo a mercantilização. Não verificamos uma tendência oposta a esta. E não devemos nos iludir que a tendência mercadora da educação condiz a uma situação conjuntural.

A defesa do fim da escola privada, estatização das empresas educacionais sem indenização, estabelecimento do sistema único, laico e gratuito, controle coletivo estudantil/docente e funcionário, autonomia universitária baseada no controle coletivo, governo tripartite/paritário da universidade e vínculo do ensino com a produção social (unidade teoria/prática) são necessários para pôr em pé um movimento transformador do ensino, que certamente terá de expressar a luta mais geral da classe operária pelo fim do capitalismo através da revolução social.

Todo apoio às reivindicações dos estudantes da PUC

Unidade na luta

Fortalecer o método da ação direta contra as manobras de cúpula

Nenhum estudante fora da PUC

Ensino público, laico e gratuito vinculado à produção social

Formação

Um Sinte que defenda o socialismo luta em defesa dos servidores públicos em geral

A Corrente Proletária (CP) defende um sindicato classista, que defenda o socialismo. Desta forma, deve ser um sindicato extremamente democrático, onde seja incentivado os debates, ou seja, que não cria obstáculos para os trabalhadores exporem suas idéias; um sindicato que tenha como princípio a união com todas as outras categorias de trabalhadores, tanto nacional quanto internacionalmente. Isto porque a burguesia se organiza nos mesmos níveis. Só através das lutas unificadas dos trabalhadores será possível uma vitória contra a burguesia, pondo abaixo seu poder e erguendo o socialismo.

Os planos do neoliberalismo internacional impõem aos go-

vernismos submissos o retalhamento de todos os serviços públicos dentre eles a educação. As reformas educacionais como o PDE que traz demissão, o projeto Amigos da Escola e a municipalização.

Para que os países dominados pelo imperialismo se libertem, é preciso unir a maioria nacional explorada sob a direção do proletariado com o programa da Revolução Social, ou seja, a Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA) com os métodos de luta da ação direta (greves, ocupações, bloqueios, passeatas e manifestações de rua, piquetes, etc).

Ceará Mirim (RN)

É hora de organização para barrar a destruição da educação pública

A reforma educacional dos governos federal, estaduais e municipais só atende aos interesses do FMI e Banco Mundial. Por isso essa reforma tem como eixo a retirada dos poucos recursos destinados à educação pública. Só assim os governos entreguistas e submissos aos banqueiros internacionais e nacionais conseguem manter em dia o pagamento das dívidas externa e interna.

A retirada desses recursos juntamente com as condições de vida da população com salário de 151,00; desemprego; etc têm aprofundado ainda mais a crise da educação. Essa crise é refletida no fechamento de salas de aula, salas superlotadas (de 50 a 60 alunos- Ubaldo /Monsenhor), alunos sem escola, falta de merenda, material didático, transporte escolar e laboratórios.

Em Ceará Mirim as escolas estão sem a menor condição de iniciar o ano letivo. As direções de escolas fazem de tudo para esconder o caos, onde para cobrir a falta de dinheiro passa a cobrar dos estudantes algumas taxas de histórico, provas, xerox, etc, aumentando a exploração sobre aqueles que já pagam a educação com seus impostos. Os estudantes que andam nos ônibus são obrigados a pagar uma taxa de 3,00 e 5,00 para adquirir a carteira pela Secretaria Municipal de Educação. Além disso, ficam a mercê dos donos de empresas que determinam o itinerário do ônibus, onde parar, onde esperar e hora de sair.

Para responder a essa crise é necessário que os estudantes

estejam organizados. O problema do ônibus para Natal só foi resolvido com organização.

É hora de formar grêmios combativos e independentes que não sejam atrelados às direções e que venham de fato encaminhar a luta e fortalecer o DCEC como representação do movimento estudantil e contribuir para sua concretização. Para barrar as reformas dos governos, é preciso a organização da luta e que os estudantes lutem com seus próprios métodos (greve, ocupações, mobilização de rua, piquetes, etc) unificando com as demais categorias que também são oprimidas e exploradas pelos governos capachos do FMI.

Abaixo a superlotação nas salas de aula. Construção imediata de novas salas;

Nada de pagar para ter direito ao transporte;

Tirar comissões dos estudantes para discutir a questão do transporte estudantil;

Criar conselhos escolares deliberativos com a participação de estudantes, pais, professores;

Eleições diretas para direção de escola com mandatos revogáveis;

Nenhuma taxa deve ser paga pelo aluno na escola pública;

Emprego à todos;

Defesa da escola pública, gratuita, vinculada à produção social.

Por que participar do IV Congresso da USP?

A proposta de se realizar o IV Congresso da USP surgiu durante a greve das universidades públicas no ano passado. No momento em que a greve estava mais forte, e os estudantes reivindicavam que a pauta de reivindicações fosse unificada com professores e funcionários, e negociada com a reitoria e governo por um comando unificado eleito em assembléia conjunta, a direção do sindicato dos professores (Adusp) sacou a proposta de fazer um Congresso para, somente depois da greve, discutir a pauta dos estudantes e a unificação. Isso porque sua política foi, desde o início da greve, limitar as reivindicações às possibilidades do atual orçamento, determinado pelo governo e de acordo com a política neoliberal de sucateamento da educação e outros serviços sociais em benefício do parasitismo financeiro. O atendimento do conjunto das reivindicações da comunidade universitária implicaria em radicalizar a luta contra o

governo por mais verbas, linha rejeitada pela direção da Adusp.

Passada a greve, o pretexto teve de ser preservado de alguma forma. A fórmula encontrada para que esse congresso não acabasse como um tiro pela culatra foi colocá-lo sob a camisa de força da baixa participação e da limitação de sua pauta a temas abstratos e não imediatos. Primeiramente, pretendiam que apenas 100 delegados de cada setor (alunos, professores e funcionários) participassem como delegados. Todos sabemos quem seriam esses representantes: as direções das entidades sindicais e estudantis, ou seja, um congresso de direções e não de bases.

O DCE pediu a elevação do número de delegados estudantis para 350, o que foi aceito pela Adusp, com a condição de dividir o voto de cada delegado estudante por 3,5, para preservar a chamada "paridade". O sintusp também levará mais delegados, até o máximo de 350,

que também terão seus votos com menos de um terço do poder de votos de delegados professores.

Para manter bem restrito o Congresso, a "comissão organizadora" do Congresso aprovou que os delegados não poderão participar de todos os grupos de discussão, que ocorrerão simultaneamente, terão de escolher apenas um. As datas são uma sexta, e depois de 2ª a 4ª feira da semana santa. Quer dizer, quem trabalha, está excluído do Congresso; quem está de férias, não vai aparecer na universidade; somente uma pequena minoria poderá participar. O correto seria fazer o Congresso em período de aulas e no final de semana, para que todos pudessem participar, principalmente os estudantes trabalhadores.

A restrição atinge também a pauta: o Congresso não terá grupo de discussão de conjuntura, nem plenária sobre esse tema. Quer dizer que não vai votar resoluções contra os governos e suas políti-

cas. A discussão então se limitará ao que pode ser feito dentro dos muros da USP e limitada ao atual orçamento determinado pelo governo.

Mais: não haverá debate sobre plano de lutas. Ou seja, não há a possibilidade do Congresso votar medidas de ação concreta para responder aos nossos atuais, mais imediatos e sentidos problemas. O Congresso debaterá então “propostas” bem genéricas a serem encaminhadas à burocracia universitária, que as jogará no fundo de alguma gaveta empoeirada de gabinete.

Por tudo isso, esse será um Congresso burocrático e diletante.

Nossa participação na eleição de delegados serve para combater as políticas de conciliação com a burocracia universitária e os governos, que são a maioria das correntes e partidos, desde a base, atuando junto ao conjunto dos estudantes. Contra a linha de conciliação, defender a independência política, que se apóia na mobilização, no tomar em nossas próprias mãos a resolução dos problemas, e não em ficar confiando em setores da burocracia, do parlamento, no governo ou nas ilusões eleitoralistas.

Paridade ou maioria estudantil?

Um dos temas mais polêmicos para este Congresso é a questão da chamada “paridade”. A maioria das correntes políticas defende que estudantes, professores e funcionários devem ter, enquanto setor, o mesmo peso nas decisões dentro da universidade. Ou seja, que o voto dos 5 mil professores deve valer o mesmo que o voto de mais de 60 mil alunos. Seu “argumento” é que o voto universal instituiria uma ditadura dos estudantes na universidade. Pressupõem que há inte-

resses contraditórios entre estudantes e professores, e portanto não seria possível a unidade se deixássemos que um prevalecesse sobre outro. Propõem então que a maioria se submeta à minoria. Os “democratas” que odeiam a idéia da maioria estudantil, classificada de “ditadura”, defendem que a minoria mande, “democraticamente”.

A contradição dessa formulação é evidente. Serve apenas para encobrir o conteúdo real da política baseada na “paridade”: conciliar com a burocracia universitária.

A real contradição existente na universidade não se dá entre professores e alunos. Há diferenças entre os setores, pela relação concreta que mantêm com a universidade, mas não são contraditórias. Os funcionários e professores têm interesses próprios limitados pelas suas relações de trabalho e pesquisa. Os estudantes são o único setor que, ao formular suas necessidades, é obrigado a defender os interesses e reivindicações de professores e funcionários também, portanto os do conjunto da comunidade universitária. Além disso, são o elo de ligação da universidade com a população assalariada. Por isso são o setor mais progressivo e é positivo que sejam efetivamente a maioria e tenham maior poder de decisão.

A contradição real na universidade se dá entre a burocracia universitária e a comunidade universitária, incluída a maioria dos professores. A burocracia autoritária é marionete dos governos, que as colocam no poder na universidade, e do poder econômico, que tem nelas instrumento de privatização. Os interesses da burocracia e da comunidade estão em constante contradição. Por isso, o atendimento das nossas reivindicações depende da luta pela derrubada da bu-

rocracia marionete do governo e poder econômico, para que alcancemos a real autonomia universitária e que a comunidade possa decidir sobre o orçamento adequado às nossas necessidades.

O combate à burocracia será feito com a mobilização da comunidade, tendo à frente os estudantes. A casta autoritária não cederá seu poder pela via da mera “negociação” e “convencimento”. As correntes que alimentam ilusões nas possibilidades de conciliar com setores da burocracia estão bloqueando a luta da comunidade para varrer com as marionetes do poder econômico, não alcançarão nem a migalha da paridade e ajudam a preservar a casta no poder.

A nossa defesa do voto universal é parte da luta pela soberania da assembléia geral universitária (alunos, professores e funcionários), organismo democrático que discute, decide e aplica suas resoluções diretamente, no qual todos são iguais. A assembléia universitária é instrumento de mobilização e de luta contra a burocracia universitária. É nela que é possível a autêntica unidade do movimento da comunidade universitária, e não nos gabinetes das direções das entidades.

Por fim, defenderemos no Congresso que este responda efetivamente aos problemas que vivemos, que defenda a universidade pública, gratuita, para todos, única, laica e vinculada à produção social (unidade entre teoria e prática); que se coloque pela unidade com os outros movimentos, em particular o movimento operário, para combater o plano neoliberal no seu conjunto com os métodos da ação direta, rejeitando a enganação eleitoral e a conciliação de classe; que se coloque pela destruição do capitalismo e pela construção do socialismo, o que só pode se efetivar pela revolução social.

Eleições do CA de pedagogia da UECE

Importante votação da chapa apoiada pela Corrente Proletária Estudantil

O resultado da eleição indica que uma importante parcela dos estudantes votou no programa revolucionário para o movimento estudantil. Cabe agora à Corrente Proletária avançar na construção de uma fração de estudantes no movimento, baseada no programa revolucionário.

Chapa do PT	308 votos
Chapa apoiada pelo POR	128 votos
Nulos	7
Branco	1

Nossa tarefa na Geografia é construir uma Oposição Revolucionária à gestão do PT no CA!

A eleição para o CA de geografia contou com duas chapas: Conquistando espaços (308 votos) e Consciência e Ação (128 votos), sendo o critério de representação a majoritariedade. A vitória da chapa Conquistando Espaços (PT e independentes) para o CA de geografia significa a vitória da linha conciliadora e vacilante na defesa da universidade frente às taxas e ao sucateamento geral.

A utilização sobremaneira do toque oportunista, em matéria de programa, que não poderiam faltar em se tratando do PT, se verificou a todo instante no rebaixamento das propostas e das bandeiras. Por isso dizemos que esta se elege com uma cara que não é a sua, e terá de mostrar sua verdadeira face mais cedo ou mais tarde.

Perguntemos à nova gestão do CA

como é possível aos integrantes do PT lutarem contra as taxas no RU (restaurante Universitário) se esta é executada por uma Pró-Reitoria do próprio PT – a PRAE (Pró-Reitoria de assuntos estudantis, cargo de confiança do Reitor Manassés)!? A Reitoria faz pressão para um aumento de R\$ 0,50 para R\$ 0,80. A chamada “ocupação da Reitoria” foi um fiasco, os CA’s e DCE não mobilizaram e o movimento se aproxima cada vez mais de uma derrota. Lembremos ainda que não estão dissipadas as suspeitas de favorecimento de estudantes do PT no que diz respeito à passagens de ônibus fornecidas pela PRAE.

A Corrente proletária estudantil interviniu nas eleições apoiando a chapa Consciência e Ação. Dizemos que não há saída para a melhoria da estrutura física

senão através da mobilização. Qualquer outra proposta é falaciosa e enganosa. Entendemos que só é possível o avanço nadando contra a corrente do atraso político geral no curso. Por isso chamamos a todos os estudantes e em especial os cros da chapa Consciência e Ação a se agruparem em torno de uma alternativa revolucionária ao oportunismo eleitoralista do PT e na defesa da Universidade pública, sem taxas sob controle da comunidade.

Construir a oposição revolucionária Já! Fim das taxas na UECE! Abaixo o colaboracionismo com a Reitoria! Manassés e seus lacaios, fora da UECE!!

Em defesa da residência universitária! Contra o sucateamento, luta organizada dos estudantes!

Pela construção do POR!

Julia Alves: estudantes cada vez mais perto de um grêmio combativo e de luta

No colégio estadual Júlia Alves os estudantes se preparam para as eleições do Grêmio que ocorrerá em Abril. No momento há uma única chapa. Após mais de 4 anos fechado os estudantes pretendem reabrir o grêmio com um programa de luta em defesa do ensino público contra o sucateamento imposto pelos governos Tasso/FHC através do corte de verbas.

É de estrema urgência a reabertura da entidade e a reativação do movimento estudantil. Só ele, em aliança com a classe operária e demais oprimidos, pode se contrapor de forma organizada aos desmandos do plano

pró-imperialista de FHC, que tem metas para privatizar as universidades, cortar verbas e fechar escolas no ensino médio e municipalizar o ensino funda-

mental. É preciso daí também extrair as lições para a defesa do passe livre para estudantes e desempregados e pelo financiamento público das carteiras de estudantes, passo elementar para golpear as camarilhas encasteladas na UMES (PC do B) CESC, UESF etc. e construir uma direção revolucionária no movimento estudantil secundarista.

Corrente Proletária Estudantil organiza chapa para grêmio do João Mattos

As eleições para o Grêmio do João Mattos estão marcadas para abril. A Corrente proletária estudantil impulsiona a

chapa Esperança Vermelha. O objetivo é que os estudantes se organizem em torno do Grêmio para defenderem suas rei-

vindicações mais sentidas, tais como acesso ao laboratório de informática, material didático, fim do telensino etc.

Corrupção sindical: câncer das organizações de massa

A burocracia sindical se caracteriza, entre outros atributos, por constituir uma casta privilegiada e que faz de sua atividade um modo de vida. Destaca-se da classe explorada, coloca-se por cima dela e move-se de maneira totalmente independente frente a ela. Mas, ao mesmo tempo, coloca-se abaixo da classe exploradora, age como um apêndice e é subserviente. Diz representar os interesses da classe operária, mas desenvolve uma

política oposta a ela.

O conteúdo básico de sua prática sindical manifesta-se na mutilação e neutralização da capacidade grevista e outras formas de ação direta das massas. Para manter seu posto e privilégio de casta, combina centralização burocrática da direção com eliminação da democracia sindical. Via de regra, transforma-se em gangsteril. Não tolera oposição revolucionária, classista.



A malversação do dinheiro do sindicato ocorre como parte dessas características. Gasta e esbanja consigo própria. Procura uma vida confortável no seu dia a dia, o que também a faz se diferenciar da situação de vida da maioria dos explorados. Chega a defender o conforto como necessidade para bem exercer seu papel de direção sindical, e que o dinheiro do sindicato também tem essa função. Por meio do assistencialismo, procura corromper a própria classe.

Há correntes de esquerda que não chegaram a esse grau de apodrecimento, mas se utilizam indevidamente das finanças do sindicato. Significa que amanhã, tendo amplo controle da máquina sindical, reproduzirão todas essas características da burocracia. Não têm como princípio programático o auto-financiamento do partido, que exclui utilizar o dinheiro coletivo do sindicato sem a autorização da classe.

O princípio do auto-financiamento partidário traz o princípio de que o dinheiro do sindicato pertence coletivamente aos trabalhadores e que sua utilização serve à sua ação coletiva. O que quer dizer que os recursos materiais do sindicato são um instrumento para impulsionar a ação direta (movimento coleti-

vo), defender os interesses dos trabalhadores frente ao patronato e sustentar a organização coletiva.

A liberação de uma parte do tempo dos dirigentes sindicais - sem desvinculá-lo da produção - não pode estar em contradição com tal princípio. A vida material das lideranças não pode ser distinta da vida dos trabalhadores. Nada, absolutamente nada que pertence ao sindicato, portanto, aos explorados, pode ser usado para fins pessoais.

Para se defender, praticar e conservar esse princípio político é necessário encarnar o programa da revolução social. A militância que trabalha no seio das massas e que, em determinadas circunstâncias, venha a alcançar a direção do sindicato, munida do programa e do método revolucionário, utiliza dos meios materiais para a finalidade estratégica.

O único bem de sua vida é o programa, as idéias, a inteligência, a energia revolucionária. Distingue-se diametralmente do profissionalismo burocrático e parasitário; pratica o profissionalismo revolucionário. É com essa linha que o POR forma seus quadros e combate a burocracia corrompida e traidora.

Vila Nova Albertina em Perigo

O secretário da Habitação do Município de São Paulo, Luiz Paulo T. Ferreira, confirmou que haverá despejo dos moradores de Vila Albertina, que ocupam a área no sopé da Cantareira, zona norte. Em reunião da regional, representantes do Comitê de Defesa da moradia ouviram que 200 famílias serão dentro de um mês transferidas para um "abrigo" em Perus e que lá esperariam três meses para que casas sejam construídas.

Os membros do Comitê levaram a reivindicação de permanecer na área e que a Prefeitura iniciasse um plano de obras para resolver os problemas de risco (desabamentos). Ouviram que terão de sair.

O Comitê questionou que a Prefeitura não construiria casas em três meses e que as famílias ficariam mofando em galpões. A reunião terminou com a ameaça de despejo.

Área de risco

O argumento da administração petista é que se trata de área de risco. Mas não passa de uma justificativa, antes feita pelo ex-prefeito malufista Pita, para implantar o Projeto Cantareira, um recanto de descanso, prazer e refúgio de burgueses e classe média alta.

Os moradores da Vila Nova Albertina são operários pobres que foram obrigados a se sujeitar a condições difíceis de

existência, incluindo moradias de risco.

Esperava-se que com a vitória de Marta, do PT, a orientação mudasse. Ou seja, que a administração petista usasse os meios da Prefeitura para urbanizar a Vila Nova Albertina e resolver os problemas de risco, reconhecidamente em apenas um trecho.

O aumento do risco

O Comitê mostrou para uma comitiva da prefeitura, que incluía um geólogo, que uma empresa estava há algum tempo escavando mais abaixo onde estão as moradias. O geólogo fez o comentário de que de fato aumentava o perigo de desabamento, porque se tirava base de sustentação do terreno inclinado.

O Comitê chamou a atenção para o fato da Prefeitura não interditar a escavação. Não houve e não haverá resposta, já que a Prefeitura é uma instância do Estado burguês. Os interesses dos ricos e exploradores estão acima da vida dos trabalhadores. Essa é uma lei universal do capitalismo, uma lei ditada pela propriedade privada dos meios de produção.

O que está por detrás do argumento do risco

No fim de março, houve uma reunião de secretários estaduais, municipais, po-

lícia florestal, prefeitos e procurador geral da justiça para aprovar uma linha de "preservação do meio ambiente", referente à Serra da Cantareira.

Segundo as informações do I Simpósio - assim foi chamada a reunião - firmou-se um acordo de proteção da Cantareira.

Mas a verdadeira razão foi exposta pelo presidente da Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo, Sérgio Guimarães Pereira Júnior. Essa Associação de especuladores imobiliários exigiu que se proibisse as ocupações ilegais no sopé da Serra.

Denunciou: "Em oito anos ocorreram 44 ocupações criminosas, ou seja, a cada cinco meses houve a formação de pelo menos um loteamento irregular. Falta fiscalização e punição aos criminosos". Ocorre que os especuladores da Cantareira, que vendem lotes para os ricos construir mansões, não querem que os pobres e famintos ocupem áreas da região. A preservação ambiental de que falam as autoridades é a preservação dos interesses das empresas de loteamento.

Os criminosos são os capitalistas que exploram os trabalhadores, tiram-lhes as condições mínimas de existência, saqueiam a natureza etc. Não são as populações pobres que contaminam as águas, extraem montanhas de minerais para sustentar a indústria do consumismo,

que desenvolvem a indústria armamentista, enfim, não são responsáveis pela economia capitalista destruidora do homem e da natureza.

O argumento da Prefeitura petista de que irá evacuar a Vila Nova Albertina para proteger os moradores é mentiroso. Está a serviço da Associação de empresas loteadoras da Cantareira.

o PT e a moradia

O conflito em torno da Vila Nova Albertina será um teste ao PT. Ocorre que esse partido mobilizou o bairro con-

tra a ameaça de Pita de arrancar à força os moradores. Agora, coloca-se por cumprir uma determinação contrária à vontade da maioria.

O comitê organiza a Vila em torno da bandeira de permanência de suas casas e urbanização pela prefeitura. Não se aceita ir para galpões e esperar por uma promessa de novas casas.

O PT colocará a tropa de choque? O Secretário Luiz Paulo diz que quer uma transferência pacífica. Mas os moradores não querem sair. Como então aplicar o critério de pacifismo?

O anúncio do Secretário da Habita-

ção de quer uma solução pacífica indica a possibilidade de uso policial, colocando a responsabilidade nas mãos dos moradores. Essa é a política dos opressores: acena com a bandeira do pacifismo para depois justificar a violência.

A saída será a violência policial. Essa tem sido a regra dos governantes. Marta Suplicy deverá segui-la.

A organização dos trabalhadores para resistir à violência da medida de despejo para arrancá-los de suas moradias está colocada. Governar o capitalismo é sustentar a opressão contra a maioria.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

Parte VII: a implantação do sindicalismo oficial ou corporativista

Após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) os países capitalistas desenvolvidos (imperialistas) atravessam dura crise econômica e política, consequência das disputas das aves de rapina que comandam a economia mundial neste período. A guerra imperialista demonstra ao mundo os horrores praticados pela burguesia com a destruição de um número assustador de trabalhadores, que são obrigados a lutar em uma guerra de que não fazem parte. Tanto que na Rússia os trabalhadores, soldados e camponeses, liderados pelo Partido Bolchevique, orientado pela teoria marxista, toma o poder das mãos dos capitalistas e coloca o proletariado na direção do Estado.

A burguesia assustada com o desenrolar dos acontecimentos na Rússia proletária, elabora sua estratégia de reação para que as idéias do comunismo não se alastrem pelo resto do mundo. Enfrenta a crise política das idéias liberais de não intervenção do Estado nas questões próprias dos capitalistas. Os exploradores apenas aceitam a intervenção do Estado quando há a necessidade de reprimir os movimentos de resistência. Sendo assim, a aparente neutralidade do Estado burguês cai por terra, obrigando os capitalistas a cederem migalhas aos trabalhadores para evitar a revolução. O Estado passa a se encarregar da tarefa de dissolver a qualquer custo o avanço da luta de classes em qualquer canto do planeta. Na Europa, origina o fascismo (Itália), o nazismo (Alemanha), o salazarismo (Portugal), o Franquismo (Espanha). Todos constituem variantes da reação capitalista ao avanço da luta de classes, simbolizada pela Revolução Russa.

No Brasil, esta reação vai se manifestar no chamado "Varguismo". A década de 30 se caracteriza pela ascensão de Getúlio Vargas, apoiado por uma fração da oligarquia (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia), contrária à perpetuação da oligarquia de São Paulo pela política conhecida como "Café-com-Leite". Esta política, dominada pela oligarquia mineira (grande zona eleitoral) e paulista (grande produtor de café, principal produto da economia nacional) alternava no poder presidentes paulistas e mineiros. O rompimento deste acordo

por parte da oligarquia de São Paulo desagradava a oligarquia mineira, que reage compondo com outras oligarquias a Aliança Liberal. Getúlio Vargas é lançado como candidato desta fração oligárquica, sendo derrotado pelo candidato paulista, articula um golpe político e coloca esta "nova" oligarquia no poder.

Durante várias décadas, a classe trabalhadora brasileira vinha se movimentando em busca de melhores condições de vida e de trabalho, organizada em sindicatos sob a influência, nas primeiras décadas, dos anarquistas e após a década de 20, pela tendência pró-marxista, que se degenera em estalinista. O movimento operário tinha como principal método de luta a greve, que até o início da década de 30 ainda eram ativas. Tanto que neste período aconteceram várias greves na Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo; além da Marcha contra a Fome no Rio de Janeiro, que foi violentamente reprimida. Entre 1931-1932 realizaram-se 124 greves, em que os operários enfrentaram repressão, como no caso do fuzilamento de vários operários da Ford. No entanto, os sindicatos se mantinham organizativamente independentes do Estado burguês, sendo subsidiados pelos próprios trabalhadores através de cotização.

A partir da década de 30, o panorama se altera. A indústria cresce; o principal setor da economia se deslocava do campo (produção de café) para as cidades (indústrias, bancos, comércio, serviços etc); a classe operária aumenta seu número, sua organização, sua força de pressão e suas conquistas.

A burguesia, por sua vez, passa a exigir do Estado (seu principal aliado) interferência mais enérgicas nas relações entre patrões e operários, ou seja, para conter a luta de classes.

A formação do sindicato corporativo no seio do movimento operário

A classe burguesa brasileira, com as transformações nas diretrizes da burguesia internacional, passa a receber influência do ideário fascista. O fascismo defende que a sociedade deve ser vista como um CORPO único, sem conflitos, isto é, sem classes sociais, convivendo harmoniosamente no espaço social.

Para tanto, é necessária a compreensão de que os trabalhadores são parte constituinte e complementares deste corpo e que a indústria é a outra parte. Sendo assim, a nação precisa ficar acima de qualquer interesse individual. Daí nasce o termo empregados e empregadores. Para que esta idéia se desenvolva no seio da classe operária é preciso haver um Estado forte, centralizador, racional, acima das divergências políticas. Este “novo” Estado deveria centralizar todas as atividades sociais e promover a harmonia entre os grupos sociais, leia-se classes sociais. Tal “harmonia” é imposta pela férrea repressão e pelo intervencionismo direto na direção dos sindicatos, que os liberais não se atreveriam a fazer. Tratava-se da orientação nacional fascista do Estado Novo. Aí está o embróglio criado pela burguesia capitalista para conter o avanço do movimento operário, pois o Estado é um importante auxiliar dos projetos planejados pela burguesia. Este novo Estado nada mais era do que a tentativa dos patrões de solucionar seu principal problema: a luta de classes.

Para que seu plano desse certo, os burgueses, através do Estado, tomaram as seguintes medidas:

- Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Este devia estudar e racionalizar as questões referentes às leis trabalhistas e cuidar da sua aplicação;
- Criação da Lei dos Dois Terços: As fábricas eram obriga-

das a contratarem um mínimo de dois terços de operário brasileiros, isto é, só sobrava um terço para os operários de origem estrangeira. Esta medida visava diminuir o número de estrangeiros nas fábricas;

- Criação da Lei dos Sindicatos: estatuto padrão, proibição de propaganda política e ideológica, controle das finanças pelo M.T., direito de intervenção pelo Estado, atestado ideológico para as direções sindicais.

Como se pode perceber, a reação dos patrões foi intensa e decisiva para que a classe operária sofresse uma derrota contundente em sua organização. A introdução do sindicalismo corporativista, ou oficial, coloca o movimento operário em refluxo por longas décadas ao cooptar os sindicatos e suas direções, beneficiando-os com o dinheiro arrecadado do próprio trabalhador. A derrota do movimento operário neste período é causada, em parte, pela intensa repressão desencadeada pelo Estado aos partidos políticos que influenciavam os sindicatos (anarquistas, comunistas), em parte pelos erros cometidos pelas direções sindicais, principalmente os comunistas que passam a receber orientação stalinista de apoiar a burguesia nacional em busca do desenvolvimento capitalista no país. O movimento operário passa a ter duas árduas tarefas: uma, lutar contra a opressão da classe burguesa e de seu Estado e outra, lutar contra as direções sindicais traidoras, que se venderam ao Estado burguês.

Lições das Obras Completas de G. Lora (1ª parte)

Esta é a primeira parte de um texto escrito em 1994, em que Guilermo Lora expõe as razões de publicar as Obras Completas.

Por que se deu este passo Excepcional na História da Esquerda?

Temos de explicar porque demos este passo – temerário em muitos aspectos – que é excepcional em todo desenvolvimento do movimento revolucionário do país. Os partidos de “esquerda” que conhecemos, tanto no marco nacional como no internacional, quase sempre se esmeraram por ocultar seus documentos e escritos do passado, para não comprometer suas manobras atuais. Citemos um exemplo: quase todos os partidos que interviram na Assembléia Popular – uma indiscutível criação do POR – e que naquele momento se esforçaram por tirar algum proveito do movimento, hoje sustentam que se tratou de um erro próprio da juventude e preferem calar toda referência a ele, a fim de não trazer à tona alguma coisa que possa incomodar sua atual postura democratizante.

Para o marxismo-leninismo-trotskista, a autocrítica é imprescindível, tanto no trabalho organizativo como no aperfeiçoamento programático, se poderia dizer para

a superação teórica. O programa se resume na finalidade estratégica (no nosso caso na revolução e ditadura proletárias). A superação teórico-política do partido somente é possível se se confrontam criticamente os prognósticos do passado com o desenvolvimento dos acontecimentos. Toda proposição programática é um prognóstico e, por isto mesmo, precisa que a prática diária diga se é acertado ou equivocado. Para realizar a autocrítica, precisamos que o que se disse e o que se fez estejam documentados. A militância não pode formar-se devidamente à margem de tudo o que publicaram o Partido e seus quadros. Alguns grupos ou partidos, que se reclamam do marxismo-leninismo-trotskista, carecem de um programa da revolução em seus respectivos países, o que lhes obriga a referirem-se apenas pelas leis gerais da revolução na sociedade capitalista, passando por cima, por exemplo, das particularidades do país. Não têm um programa explícito, mas sua atuação cotidiana permite descobrir qual é o seu conteúdo de classe. A tática que empregam está determinada pelas circunstâncias do momento e pelas respostas conjunturais que devem ser dadas. Não é

nenhuma novidade que seguem invariavelmente o caminho do oportunismo e do reformismo. O exitismo, e tudo que é feito para alcançá-lo, substitui o programa e o marxismo. A finalidade estratégica, para ser correta, deve ser a expressão da consciência de classe do proletariado, que se identifica com as leis da história. Para os oportunistas e reformistas, é um embaraço recordar o que disseram e fizeram no passado, pois só vivem para o presente e não podem compreender que sua conduta do passado se concretiza nos frutos que colhem agora.

O POR – segundo sustentam seus críticos e admiradores – aparece com uma linha estratégica única, eixo fundamental programático. Os oportunistas e revisionistas dizem que isto é mal, pois é preciso ir mudando conforme vai se transformando a realidade social. Deliberadamente se esquecem que seguimos vivendo no marco da ordem social capitalista e que seguirá sendo assim enquanto não se instaure o comunismo. Além de que estamos integrados – apesar de nosso atraso e de nossa extrema miséria – na economia mundial, e, sendo

assim, teremos de viver necessariamente o destino do capitalismo, cujas leis gerais atuam por cima das fronteiras e das particularidades tipicamente nacionais. Corresponde que tiremos as lições da presença vigorosa do trotskismo na história do país, de sua superioridade programática, principista, que vem provar a validade de seu programa.

É certo que o POR cometeu inúmeros erros em sua existência de mais de meio século, mas devemos advertir que foram erros táticos e organizativos, que se foram constantemente superados com a ajuda da autocrítica, possível graças à confirmação do desenvolvimento histórico do programa, de sua finalidade estratégica. Na atualidade, novamente nos encontramos ante a necessidade histórica de sepultar o capitalismo, para poder arrancar o país do atraso e da miséria. Colocada a possibilidade, corresponde ao Partido trabalhar a fundo para converter em realidade, tal é sua tarefa histórica concreta. O cumprimento deste trabalho será facilitado mediante a assimilação da experiência, da tradição partidária.

O conhecimento da formação do pensamento do POR, da luta que tiveram de travar os elementos mais fiéis a seu programa contra o revisionismo, constituem as vigas que impulsionam a superação teórico-política. O estudo da história do POR é fundamental, sobretudo agora que aparece como a direção insubstituível das massas, o que lhe obriga seu fortalecimento imediato.

Na história boliviana, o POR é a única organização partidária que conseguiu identificar-se com o bolchevismo, não somente por sua ideologia e suas normas organizativas (centralismo organizativo, severa disciplina, estrutura celular etc), mas também porque seus quadros são publicistas, que convertem a polêmica em uma de suas armas mais importantes em sua luta diária.

O atraso do país, que se traduz no primitivismo cultural, tem incidência contraditória sobre o desenvolvimento político, fenômeno que não foi estudado devidamente até agora. É surpreendente a presença de um partido político de publicistas e polemistas preocupados com a precisão teórica e de estampar com letras de forma toda sua atividade, suas conquistas e equívocos num país em que os “esquerdistas” não polemizam, não lêem e consideram que elaborar teo-

rias não é mais que um sinal de pedantismo etc. Passemos a analisar brevemente a influência contraditória do atraso cultural sobre o processo político e a vida partidária.

As massas bolivianas reproduzem o atraso cultural; sem dúvida, são altamente politizadas e, nesta medida, conseguiram transformar a história política do país. A análise desta contradição permite compreender o desenvolvimento da política.

Durante muito tempo, desde os campos sindical e socialista, partia-se da suposição de que a escola e o alfabeto poderiam contribuir para a libertação dos explorados e oprimidos, o que, de alguma forma, aproxima a classe dominante e a igreja dos sustentadores desta tese, interessados em domesticar os escravos modernos e os indígenas. Para muitos, foi uma surpresa que, sendo a maioria analfabeta, as massas incultas se apropriassem da expressão mais avançada do marxismo-leninismo, do trotskismo, contida nas Teses de Pulacayo, documento ideológico famoso e que segue conservando sua atualidade, como demonstra os últimos ataques de Goni (presidente na época, Nota do Tradutor) contra os que politizam as massas e que não são outros a não ser os trotskistas.

Foi possível um salto tão descomunal no desenvolvimento da consciência de classe (que não é outra coisa que a política revolucionária do proletariado) porque as massas eram politicamente virgens (incultas), fato que se traduziu na falta de travas mentais, de esquemas teóricos social-democratas, anarquistas ou estalinistas, o que determinou que num só salto chegassem ao ponto mais elevado do marxismo. Desde este momento, a política revolucionária do proletariado abriu um profundo sulco pelo qual as massas, nem bem se radicalizavam, avançavam rumo a sua libertação, o que se materializará através da revolução e ditaduras proletárias (na Bolívia, um verdadeiro governo operário e camponês).

abA inter-relação entre partido e massas, quando estas avançam, se concretiza na pressão que estas exercem sobre a organização partidária para que se coloquem a seu mesmo nível, a fim de que a impulsionem para a frente. É, neste momento, que a incultura do país aparece atuando como um enorme muro que impede que este processo se cumpra fácil e rapidamente.

O partido, para poder atuar como impulsionador de um maior desenvolvimento da consciência de classe, deve começar assimilando criticamente a rica e impressionante obra realizada pelas massas, a fim de traduzir em teoria e generalizá-la. O analfabeto, a riqueza ideológica, a assimilação da experiência do movimento revolucionário internacional são os auxiliares indispensáveis para a criação teórica. A partir deste momento se converte em uma necessidade que os quadros revolucionários atuem como publicistas.

A Tese de Pulacayo supera a discussão que se desenvolvia em escala nacional sobre a caracterização do país, que, ao mesmo tempo, ajuda a assinalar os traços diferenciais da revolução social. Trata-se de um verdadeiro aporte ideológico, que veio do campo sindical e se projetou no seio do Partido. Este fato ocasionou uma espécie de fratura no seio do POR. Os setores conservadores não estavam de acordo com a Tese, ainda que em nenhum momento se atrevessem a se colocar contra a Tese de forma franca, isto se deve à espetacular ressonância que conseguiu a difusão do documento ideológico dos mineiros.

Por esta razão, a superação programática do POR, à luz dos avanços alcançados na penetração no seio das massas, foi retardada, o que contribuiu para criar um estado de confusão ideológica e involuntariamente para que o MNR inflasse suas fileiras.

Tudo isto vem demonstrar a importância que adquire o conhecimento de tudo o que é publicado pelo trotskismo em matéria ideológica. A publicação das obras completas tem a finalidade de ajudar as correntes marxistas do interior do país a evoluir para o trotskismo.

De uma forma geral, a leitura dos volumes que vão aparecendo permitirá compreender de que forma o trotskismo foi se apoderando das massas, até chegar a expressar a consciência de classe do proletariado. Para surpresa de todos, diremos que este processo se cumpriu num lapso relativamente curto.

Com certo atraso, o POR conseguiu avançar no plano programático e assinou com precisão o caminho que percorreria a política boliviana. A partir de então, o trotskismo se colocou na vanguarda das massas, toda vez que estas conheceram situações de radicalização.

A Rússia já é capitalista?

A revolução social instaura a ditadura transitória do proletariado (seu destino é diluir-se na sociedade) para transformar radicalmente a estrutura econômica e sua contradição interna, o que se efetivará na propriedade social.

Na Rússia, foi feita a revolução social e instaurada a ditadura do proletariado, mas seu isolamento, a derrota da onda revolucionária européia que se seguiu à vitória de Outubro, não lhe permitiu atingir o comunismo. O parto doloroso da nova sociedade se truncoou.

Degeneração do Estado e do Partido

O estalinismo degenerou o Estado e o partido, cedendo à reação interna da Rússia e à pressão do imperialismo. Sua caricatura foi o revisionismo do leninismo.

É correta a definição de Estado operário e partido Bolchevique degenerados, sem esquecer que as grandes conquistas da revolução já constituíam parte do ci-

mento do comunismo. Isto obriga a defender incondicionalmente a Rússia frente à arremetida do Imperialismo, ao mesmo tempo em que se combatia sem trégua à política do Kremlin e do Partido estrangulado pela burocracia.

Defendiam-se as conquistas da revolução buscando potenciá-las com apoio do internacionalismo proletário.

Apesar de tudo o Estado Russo e o Partido bolchevique são chamados por nós de degenerados e não de burgueses como muitos querem.

A revolução e o partido definem o caráter de classe do Estado Russo, pese a sua degeneração indiscutível. A nomenklatura permitia à parte da burocracia tirar vantagens econômicas de seus cargos, mas não dominava a propriedade privada nem o direito à herança.

Estado Operário ou Burguês?

A ausência da propriedade privada e o partido operário gerado definiam a natureza classista do Estado: operário, mas

degenerado, o que obrigava a sua defesa incondicional.

Trotsky disse que os ataques da burocracia às conquistas econômicas da revolução podiam terminar restaurando o capitalismo na URSS. Quando isto se daria? A resposta foi dada pela Perestroika, parte da burocracia decidiu abrir as portas ao capitalismo em decomposição.

Todos esperavam que as multinacionais assaltariam a URSS e levassem o esplendor econômico.

Existe um processo de capitalização, mas não aparece uma burguesia que tome o poder. São setores da burocracia estalinista que seguem tanto no poder como na oposição. Trata-se de um processo de capitalização a meio caminho, por isto o retorno às conquistas de Outubro e sua transformação até o comunismo ocorrerá, se antes a burguesia não se apoderar do poder, quando, aí sim, será preciso de uma revolução operária e se instalar a ditadura proletária.

(extraído do "Masas" n.º1745 de 19/01/01)

Obras Completas de G. Lora: Adquira com o distribuidor deste jornal. Em breve: VOLUME 60!!!

Alemanha

Por que os Verdes alemães capitularam

Inúmeras denúncias de conciliação dos Verdes com os capitalistas e governos responsáveis pelos lixos atômicos, contaminações ambientais e destruição da natureza mostram seu oportunismo e corrupção política. Depois que se tornaram parte do governo de Gerhard Schoerder (SPD), passaram a colaborar com tudo que há de mais bárbaro no capitalismo contemporâneo.

A última dos Verdes foi a autorização para que o comboio de lixo atômico, vindo da França, atravessasse a Alemanha. Pela primeira vez, o governo autorizou a travessia. Os ambientalistas dizem-se traídos pelos Verdes. A direção do partido procurou impedir que suas bases se manifestassem contra a decisão do governo social-democrata.

A capitulação dos Verdes e traição à restrita causa dos ambientalistas se explica pelo fato de expressarem uma política pequeno-burguesa, que no fundo é burguesa. A sua entrada no governo os colocou diretamente sob a política da burguesia imperialista, ou seja, do grande capital.

A ilusão de que é possível controlar e disciplinar os capitalistas em sua obra de destruição da natureza - como querem os ambientalistas - acaba por se curvar a política dos verdes (ecologistas) às pressões dos governos.

A causa ambientalista é utilizada pela pequena burguesia militante para ascender aos postos do Estado. Cumprido esse objetivo arrivista, a natureza e a vida das massas que se vão "à fava".

O capitalismo há muito revelou ser um sistema de exploração caótica da na-

tureza. Quanto mais avança a capacidade tecnológica para produzir e promover o consumismo, bem como o militarismo, mais nocivo à natureza e ao homem se torna. Mais aumentam suas contradições e mais barbárie promove.

A defesa da natureza contra os métodos exploratórios, os objetivos de produção determinados pelo lucro e acumulação de capital e a orientação bélica dos governos depende do proletariado empunhar o programa da revolução socialista.

Todos partidos que se dizem defensores do eco-sistema, que criticam os exageros da indústria e que reclamam dos perigos da má utilização da energia nuclear como bandeira para reequilibrar e humanizar o capitalismo - como faziam os Verdes - acabam como reles colaboradores da burguesia reacionária.